Conasa SPE S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Conasa SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Conasa SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Conasa SPE S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia



Conasa SPE S.A.

de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá, 30 de março de 2020

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5

riano Machado

Contador CRC 1PR042584/

CONASA SPE S.A.

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	31/12/2019	31/12/2018		Notas	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		5.496	2.947	Circulante		2.668	2.543
Caixa e equivalentes de caixa	4	357	803	Debêntures	7	2.668	2.542
Créditos tributários		989	75	Fornecedores		-	1
Títulos de valores mobiliários	5	-	2.069				
Partes relacionadas	6	4.150	-	Não circulante		7.465	8.910
				Debêntures	7	7.465	8.910
Não circulante		6.096	9.218				
Títulos de valores mobiliários	5	500	9.218	Patrimônio líquido		1.459	712
Partes relacionadas	6	5.596	-	Capital social	8.1	3.241	1.292
				Adiantamento para futuro aumento de capital	8.2	-	1.224
				Prejuízos acumulados		(1.782)	(1.804)
Total do ativo		11.592	12.165	Total do passivo e patrimônio líquido		11.592	12.165

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Receitas (Despesas) operacionais		(138)	(57)
Despesar gerais e administrativas		(138)	(57)
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		(138)	(57)
Resultado financeiro		160	(398)
Despesas financeiras	9	(1.293)	(1.989)
Receitas financeiras	9	1.453	1.591
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		22	(455)
Lucro líquido (prejuízo) por ação do exercício - Reais		0,0068	(0,3522)
As notas explicativas da Administração são parte integrante o	das demonstraçõ	es financeiras.	

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	22	(455)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	22	(455)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			Reserva	s de lucros	
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2018	1.292	654		(1.349)	597
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	570	-	-	570
Prejuízo do exercício	-	-	-	(455)	(455)
Em 31 de dezembro de 2018	1.292	1.224	-	(1.804)	712
Integralização de capital	1.949	(1.224)	-	-	725
Lucro líquido do exercício	-	-	-	22	22
Em 31 de dezembro de 2019	3.241	-	-	(1.782)	1.459

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	22	(455)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício as atividades		
Juros apropriados sobre debêntures	1.255	1.952
Rendimentos de títulos valores imobiliários	(1.416)	(1.556)
(Aumento)/redução nos ativos		
Créditos tributários	(914)	(50)
Títulos e valores mobiliários	(500)	
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	(1)	(97)
Encargos tributários a pagar	-	(4)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(1.554)	(210)
Aquisição de títulos de dívidas	-	2.002
Recebimento de títulos de valores mobiliários	12.703	-
Caixa líquido captado pelas atividades de investimento	12.703	2.002
Amortização do principal de debêntures	(1.688)	(1.447)
Amortização de juros de debêntures	(886)	(939)
Adiantamento para futuro aumento de capital	725	570
Emprestimos a partes relacionadas	(9.746)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(11.595)	(1.816)
Aumento líquido (redução) nos saldos de caixa e equivalentes	(446)	(24)
Caixa e equivalente de caixa		
Composição do Caixa inicial	803	827
Composição do Caixa final	357	803

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Conasa SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade de propósito específico, com sede em São Paulo - SP. Ela foi constituída em 9 de maio de 2014 e tem por objeto social específico realizar investimentos capazes de financiar a expansão de projetos de exploração de serviços públicos e/ou privados em saneamento em parceria com a Conasa Infraestrutura S.A. Compõe os investimentos em parceria, dentre outros: a) implantação, operação e manutenção de estações de tratamento de água e/ou esgoto; b) implantação de rede distribuidora de água; c) implantação de rede coletora e estações elevatórias, complementares ao sistema de esgotamento sanitário; d) gestão de sistema comercial de leitura, processamento, emissão e entrega de contas pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

1.1. Planos da Administração

Com os recursos captados por meio da 1ª Emissão de Debêntures, a Companhia financiou e financiará a expansão de projetos de exploração de serviços públicos e/ou privados de saneamento em parceria com a Conasa Infraestrutura S.A., incluindo, mas não se limitando, à compra e venda de títulos e valores mobiliários de outras companhias.

Em 2019, a Companhia recebeu os recursos de resgate antecipado das debêntures da 2ª emissão da Sanesalto, ativo originalmente investido, e aplicou em títulos e valores mobiliários para financiamento vinculado à Sanema, detentora de contrato de locação de ativos de sistema de coleta e tratamento de esgoto na cidade de Maceió/AL com a CASAL - Companhia de Saneamento de Alagoas, em fase de construção.

A Administração continuará o plano de investimento, com suporte financeiro da Conasa Infraestrutura S.A., conforme necessário, garantindo a continuidade operacional da Companhia.

2. Aprovação da emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 3 de março de 2020.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Apresentação das demonstrações financeiras:

3.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras intermediárias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

3.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o "Real", pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras.

3.3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente no período dessas demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.3.1. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com riscos insignificantes de mudança de valor, e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo.

3.3.2. Instrumentos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . **Mensurados ao valor justo** (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- . Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

- . Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado;
- . Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

<u>Mensuração</u>

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

3.3.3. Empréstimos, financiamentos e debêntures

As debêntures são reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo deduzidos dos custos da transação. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as debêntures são mensuradas pelo custo amortizado, sendo qualquer diferença entre o valor inicial e o valor do vencimento reconhecido no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa efetiva de juros.

3.3.4. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem juros recebidos ou a receber sobre aplicações financeiras, ganhos com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação. Receitas de juros são reconhecidas pelo período de competência a não ser que o recebimento seja duvidoso.

Despesas financeiras compreendem juros a pagar sobre empréstimos calculados com base na taxa de juros efetiva, perdas com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, perdas por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros disponíveis para venda. Todos os juros e custos incorridos relacionados a um empréstimo ou uma transação financeira são reconhecidos, conforme incorridos, como despesas financeiras, exceto quando capitalizados. Qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento de empréstimos com juros e financiamentos, tais como custos de transação e ajustes de valor justo, são reconhecidos no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa de juros efetiva.

3.3.5. Mudanças em políticas contábeis

Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019

. CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2) entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia avaliou os contratos existentes e não houve impactos significativos de sua adoção.

. ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamento Tributos sobre o Lucro: Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre o Lucro (IAS 12 - Income Taxes) ("CPC 32 / IAS 12") quando houver incerteza entre tratamentos de imposto de renda.

Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação.

A Companhia e suas controladas, avaliaram e adotaram a interpretação dessa norma também pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2019, no entanto, não tiveram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da sociedade.

Não há outras normas do CPC ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Bancos conta movimento	357	803

Recurso de liquidez imediata e disponível em instituição de primeira linha.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Títulos de valores mobiliários

Investimento em títulos de dívida	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	-	2.069
Não circulante	500	9.218
	500	11.287

Em 16 de dezembro de 2014, a Companhia adquiriu debêntures públicas não conversíveis em ações emitidas pela Sanesalto Saneamento S.A., por meio de negociação privada.

Conforme escritura das debêntures, este investimento possuia as seguintes características:

- As debêntures tiveram seu valor nominal atualizado monetariamente pelo Índice Geral de Preços e Mercadorias (IGP-M) emitido pela Fundação Getúlio Vargas, a cada doze meses, em 1º de julho de cada ano;
- A remuneração foi de 6,25% a.a.;
- Pagamentos de juros e amortização mensal (PMT), com vencimento final em 26 de maio de 2025.

Em 30 de dezembro de 2019 as debêntures foram liquidadas, pelo montante de RS 12.703.

Vencimentos das parcelas do ativo não circulante (principal e encargos):

Vencimento em:	31/12/2019	31/12/2018
2019	-	2.069
2020	-	2.069
2021	500	2.069
2022	-	2.069
Após 2022	-	942
	500	8.276

O saldo de R\$ 500 em 31 de dezembro de 2019, é referente a aplicação de longo prazo em garantia de três parcelas ao pagamento das debêntures.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Partes relacionadas

Ativo circulante	31/12/2019	31/12/2018
Conasa Infraestrutura S.A.	1.352	-
Zetta Infraestrutura S.A. (a)	2.798	-
	4.150	-
Ativo não circulante		
Zetta Infraestrutura S.A. (a)	5.596	-
	5.596	-
	9.746	-

(a) Em 30 de dezembro de 2019, com o recebimento da liquidação das debêntures, foi firmado contrato de mútuo entre partes relacionadas com a Zetta Infraestrutura S/A, onde foi aplicado juros remuneratórios de 8,75% ao ano com prazo de 24 parcelas mensais, iniciando o pagamento em 30 de maio de 2020. Como garantia do valor do empréstimo a Zetta Infraestrutura S.A. aliena suas ações da Sanema - Saneamento de Maceió Ltda., todos os direitos econômicos, assim como todos os certificados, cautelas e outros documentos relativos às ações alienadas.

A Companhia não concede remuneração ou qualquer tipo de benefício pósemprego e não tem como política pagar a administradores remuneração baseada em ações.

7. Debêntures

Debêntures	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	2.668	2.542
Não circulante	7.465	8.910
	10.133	11.452

Em 15 de maio de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures de colocação privada, não conversíveis em ações, série única, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE). Em 26 de setembro de 2014, foi realizada a emissão de 50 mil debêntures, com o valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 50.000, sob a forma escritural. As debêntures são da espécie quirografária (sem preferência). Elas estão garantidas por fiança da Conasa Infraestrutura S.A.,

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

controladora da Conasa SPE S.A. Atualmente, 11.799 debêntures foram integralizadas.

A remuneração das debêntures será de 8,75% a.a. com atualização monetária pelo IGP-M. O prazo de pagamento da dívida é de 120 parcelas mensais sucessivas (PMT), a partir de 1° de julho de 2015 com o último pagamento em 1° de junho de 2024.

Vencimentos das parcelas do passivo não circulante (principal e encargos):

Vencimento em:	31/12/2019	31/12/2018
2019	-	2.542
2020	2.668	2.542
2021	2.668	2.542
2022	2.668	2.542
2023	2.129	1.284
	10.133	11.452

Movimentação

Saldo inicial em 1º janeiro de 2019	11.452
(-) Pagamentos do principal	(1.688)
(-) Pagamentos de juros	(886)
Provisão de juros e atualização monetária	1.255
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	10.133
Saldo inicial em 1º janeiro de 2018	11.886
(-) Pagamentos do principal	(1.447)
(-) Pagamentos de juros	(939)
Provisão de juros e atualização monetária	1.952
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	11.452

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Condições restritivas financeiras - "Covenants":

A escritura das debêntures está sujeita a cláusulas restritivas, a Administração acompanha tempestivamente estas condições, como forma de monitoramento e remediação com os debenturistas, quando necessário.

Nas condições e características das Debêntures mencionadas acima, a Companhia manteve o cumprimento de todas as cláusulas restritivas.

A Companhia não possui cláusulas de "covenants" financeiros, e atende todas as cláusulas, tais como: obrigação pecuniária, principal ou acessória que não seja sanada no prazo de 30 dias do vencimento ou da notificação; fiança tornese inábil ou imprópria; garantias prevista na escritura não sejam registradas nos prazos estabelecidos; reforço de quaisquer das garantias; qualquer ação ou execução acima de R\$ 1.000 que afete a solvência da emissora; não pagamento de dividendos quanto tiver em mora; declaração de qualquer dívida antecipada superior a R\$ 2.000; vier a sofrer protesto legítimo de título superior a R\$ 1.000; pedido de recuperação judicial pela emissora ou por terceiros; requeira falência ou insolvência decretada; redução de capital, modificação do objeto social, cisão, fusão, incorporação, contratação de qualquer operação financeira sem aprovação dos debenturistas; não cumprimento de ação judicial transitada em julgada superior a R\$ 1.000; nota do rating inferior a dois níveis inferiores a nota inicial na renovação anual; apresentação a qualquer tempo das declarações ou garantias aos debenturistas.

8. Patrimônio líquido

8.1. Capital social

O Capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 que era de R\$ 1.292 (um milhão, duzentos e noventa e dois mil reais), representando 1.292.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, foi integralizado em 2019 com o valor de R\$ 1.949 de adiantamento para futuro aumento de capital para R\$ 3.241 (três milhões, duzentos e quarenta e um mil reais), representando 3.241.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A seguir a demonstração de participação dos acionistas:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2019		31/12/2018		
	Número de	%	Número de	%	
	ações		ações		
Conasa Infraestrutura S.A.	3.240.999	99,9999%	1.291.999	99,9999%	
Paulo André Gil Boschiero	1	0,0001%	1	0,0001%	
	3.241.000	100%	1.292.000	100%	

8.2. Adiantamento para Futuro Aumento do Capital (AFAC)

Foram realizados pela acionista Conasa Infraestrutura S.A. durante o exercício de 2019 aportes referentes a Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$ 725 (R\$ 1.224 em 2018). Durante o exercício de 2019 foram integralizados o total do saldo de R\$ 1.949, não restando nenhum saldo para o exercício seguinte.

	31/12/2019	31/12/2018
Saldos iniciais	1.224	570
(+) Adiantamento para futuro aumento de capital	725	654
(-) Integralização de capital	(1.949)	
Saldos finais	-	1.224

Os adiantamentos para futuros aumentos de capital estão apresentados no patrimônio líquido, sem a possibilidade de sua devolução. Os adiantamentos atendiam aos requisitos para registro no patrimônio, sendo: irrevogável e irretratável, foi feito na moeda funcional da Companhia e já possuía um número determinado de ações que foram emitidas e com valor fixo do aumento de capital, assim, foi integralizado em 2019.

9. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(38)	(36)
Juros sobre debêntures	(1.255)	(1.953)
	(1.293)	(1.989)
Receitas financeiras		
Juros sobre outros investimentos	1.416	1.556
Juros sobre aplicações financeiras	37	35
	1.453	1.591
Resultado Financeiro	160	(398)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Instrumentos financeiros

10.1. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

10.2. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

		31/12/2019		31/12/2018	
		Valor	Valor de	Valor	Valor de
	Categoria	contábil	justo	contábil	justo
Ativo financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	857	857	803	803
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	-	-	11.287	11.287
Partes relacionadas	Custo amortizado	9.746	9.746		
Passivos financeiros					
Debêntures	Custo amortizado	10.133	10.133	11.452	11.452

10.3. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

(a) Risco de mercado:

Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, e os empréstimos e financiamentos são valorizados com taxa pré-fixadas. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo. A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas pela Administração as taxas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

divulgadas pela BM&F, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração / aumento de 25% e 50% respectivamente nas variáveis. A base de cálculo utilizada é o valor apresentado nas notas explicativas caixa e equivalentes de caixa e debêntures:

				Cenarios		
		Saldo	Saldo em			
	Risco	atual	risco	Provável	Possível	Remoto
Ativo financeiro	IGP-M	9.746	735	(356)	(267)	(178)
Passivo financeiro	IGP-M	(10.133)	(764)	370	462	555
		(387)	(29)	14	196	377

Risco de taxas de câmbio: A Companhia não realiza operações cambiais.

- (b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.
- (c) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

Manoel Motta Netto Isaac do Nascimento
Diretor